



REVISTA

publicação bimestral da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo

PROGRAMA E-VARA EM SANTOS

Conheça os resultados alcançados em um ano de funcionamento deste novo modelo organizacional das varas



NESTA EDIÇÃO

Violência psicológica e os oficiais de justiça

Sistema Pix

Produtividade em 2020

Boas práticas em cibersegurança

Cachoeiras paulistas

Ergonomia no teletrabalho

INTEGRAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

Desde o começo da pandemia, a Justiça Federal da 3ª Região vem adotando diversas medidas para julgar de forma célere as demandas ditas “de massa”. O que caracteriza a demanda de massa é o ajuizamento de um número muito grande de ações, em curto espaço de tempo, de lides sobre o mesmo assunto. Daí surge a questão: como processar o recebimento e andamento destes processos, sem que haja impacto significativo nos demais feitos já em tramitação?

Os Juizados Especiais Federais, em 2020, enfrentaram um desses desafios: o ajuizamento de milhares de ações referentes à concessão do auxílio emergencial. Somente no JEF de São Paulo foram distribuídos, até dezembro, um total de 11.236 feitos envolvendo o pedido do benefício criado pelo governo federal pela Lei n. 13.982/2020.

A forma eficaz para alcançar um andamento uniforme e resultados mais rápidos para as demandas ajuizadas foi a aproximação entre os entes envolvidos por meio da Plataforma Covid – plataforma interinstitucional criada pelo Gabinete da Conciliação do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

A ferramenta promove a interlocução entre cidadãos, o Poder Judiciário, os órgãos e as entidades públicas, servindo como meio para a obtenção de acordos adequados à natureza das políticas públicas sanitárias, além de tratar de casos que envolvam medidas de contenção à expansão da Covid-19.

Foi estabelecido um fluxo para ações de auxílio emergencial entre o JEF São Paulo, a União (AGU) e o Gabinete da Conciliação com os seguintes objetivos: vazão e

rapidez às demandas referentes ao cadastramento e recebimento de auxílio emergencial; uniformização de tratamentos dos pedidos; aproveitamento de estrutura já preparada pelo Gabinete da Conciliação e pela AGU para o processamento e análise desse fluxo; abreviação do trâmite processual em todos os casos em que a elegibilidade fosse verificada pela plataforma – casos em que os processos já retornariam para sentença homologatória do pedido reconhecido ou extinção por perda de objeto; e concentração das análises das varas-gabinete, somente nos processos em que estava mantida a controvérsia.

O incremento das relações interinstitucionais culminou, em agosto de 2020, com a assinatura do acordo de cooperação entre o CNJ, Dataprev e Ministério da Cidadania, facilitando o acesso às informações administrativas de cada requerente e a situação das parcelas do benefício de auxílio emergencial correspondentes. Dessa forma, evitou-se a proliferação de despachos e expedição de ofícios aos órgãos citados para a obtenção das respectivas informações.

Quanto aos números, o Juizado Especial Federal de São Paulo enviou à plataforma, até 18/12/2020, 2.882 processos de auxílio emergencial. Deste total, 2.825 processos foram analisados e devolvidos pela plataforma, sendo 1.600 com o reconhecimento do pedido pela União Federal, 600 com a manifestação da parte ré pelo não reconhecimento e, por fim, 625 feitos em que o ente federal pugnou pela perda do objeto (diante da concessão administrativa).

Em números absolutos - já inclui-

dos os processos que retornaram da Plataforma Covid -, foram sentenciados pelo JEF de São Paulo, até dezembro de 2020, 9.368 processos, dos quais 6.450 já estão arquivados. Considerando-se a quantidade de pedidos distribuídos (11.236), significa dizer que, graças às iniciativas aqui referidas, o JEF de São Paulo foi capaz de sentenciar mais de 83% das demandas de auxílio emergencial em um curto período.

Conclui-se, portanto, que a melhor solução para o processamento das demandas de massa é a sua análise interinstitucional, aproximando-se os interessados, a fim de que haja um resultado célere e justo para o jurisdicionado, principal finalidade do Juizado Especial Federal.

Nesta edição da revista, a matéria de capa aborda o 1º ano do Programa e-Vara, apresentando os resultados obtidos com a instalação da Central de Processamento Eletrônico na Subseção de Santos. Temos também a reportagem sobre a produtividade da JFSP em 2020, em que é traçado um paralelo com o trabalho realizado a distância, além de outros conteúdos de interesse geral como: violência psicológica e os oficiais de justiça, sistema Pix para transações bancárias, boas práticas em cibersegurança, cachoeiras paulistas e ergonomia em home office.

Boa leitura a todos!

Maria Vitória Maziteli de Oliveira - juíza federal presidente do Juizado Especial Federal de São Paulo

A opinião exposta pelo autor não coincide necessariamente com a da Diretoria do Foro



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de São Paulo

Márcio Ferro Catapani
Juiz Federal Diretor do Foro

Letícia Dea Banks
Juíza Federal Vice-Diretora do Foro (capital)

Samuel de Castro
Juiz Federal Vice-Diretor do Foro (interior)

Marcia Tomimura
Diretora da Secretaria Administrativa

Subsecretaria de Comunicação, Conhecimento e Inovação
Gisele Molinari Fessore (diretora)

Núcleo de Comunicação Social
Hélio Martins Júnior (diretor)

Seção de Multimídia e Audiovisual
Javã de Carvalho (supervisor)
Edson Nagase
Mariana Galluzzi de Sá

Seção de Produção de Texto e Atendimento à Imprensa
Ricardo Acedo Nabarro (supervisor)
Jefferson Messias
Sergio Ricardo Quaranta

Contato: imprensa-jfsp@jfsp.jus.br
Telefones: (11) 2172-4380 e 4381
Leia esta e outras edições em:
<http://www.jfsp.jus.br/imprensa/>

VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA E OS OFICIAIS DE JUSTIÇA

Os oficiais de justiça são os responsáveis pelo cumprimento e a efetividade das ordens judiciais. Na Justiça Federal de São Paulo esses servidores trabalham com atribuições internas, mas na maior parte do tempo atuam em ambiente externo executando tarefas importantes como citações e intimações de réus e testemunhas, penhora e arresto de bens, busca e apreensão (tanto de pessoas quanto de objetos), conduções coercitivas e reintegrações de posse.

Uma das principais características da profissão é a convivência com situações de conflito e inusitadas. Em muitos casos, os oficiais são os portadores de “notícias ruins” o que exige dos servidores qualidades como a inteligência emocional, a paciência e o “jogo de cintura”, tudo para fazer valer as ordens proferidas pelos magistrados.

A oficiala Vanessa Morceli dos Anjos de Marchi entrou para JFSP em 2009, oriunda da Justiça Estadual onde já trabalhava na função. Atualmente a área geográfica em que atua é a zona sul de São Paulo, entre a divisa com o município de Diadema e o bairro de Interlagos. “É uma área bem extensa e eclética, com regiões muito humildes e outras compostas por imóveis de alto padrão como os do bairro Chácara Flora”, conta.

Experiente na profissão que considera gratificante, ela acredita que a pressão psicológica é um fator constante no dia a dia dos oficiais de justiça. “Em geral estamos mais expostos pois passamos muito tempo na rua o que aumenta o risco de furtos e roubos. Em relação às partes que recebem as ordens judiciais, também há estresse porque nunca se sabe antecipadamente qual é a índole das pessoas com as quais vamos tratar”, avalia.

Quando ainda atuava na Justiça Estadual, a oficiala foi vítima de dois roubos, mas a situação mais desconfortável, de acordo com ela, ocorreu quando foi cumprir um mandado de penhora e avaliação de um imóvel no qual funcionava um templo religioso. “Foi algo bem traumático pois fui mantida em cárcere privado por algumas horas. Os “fiéis” se revoltaram contra mim e diziam que eu precisava ser exorcizada”, lembra. O episódio gerou na servidora alguns sintomas desagradáveis como insônia. “Acredito que por ter uma forte base familiar, acabei me recuperando rapidamente”, analisa.

Para Vanessa, infelizmente, casos de violência física e psicológica não são raros entre os colegas de função, e incluem relatos de situações como a intimidação, chegando a cenários mais extremos, como o sequestro relâmpago. “Entretanto, o mais comum é a violência psicológica que surge como uma reação da parte querendo demonstrar a sua indignação contra uma ordem judicial e acaba descontando no oficial de justiça.

Precisamos estar emocionalmente fortalecidos para nos posicionar adequadamente e dar cumprimento à ordem, minimizando os riscos”, diz.

Com o objetivo de proporcionar as pessoas em geral um melhor entendimento sobre o trabalho dos oficiais de justiça, Vanessa criou um Canal no YouTube* onde é possível encontrar vídeos sobre a rotina da profissão e que explicam o que acontece se a pessoa não receber o oficial de justiça, quando pedir a identificação do profissional, como funciona na prática a penhora de bens, além de outras informações. “Penso que quanto mais os cidadãos entenderem como trabalham os oficiais, mais fácil e menos violento pode ser a nossa rotina. O apoio dos Tribunais também é fundamental, nessa divulgação”, conclui.

**Entre os anos de 2016 e 2019, no Brasil, 230 oficiais de justiça sofreram algum tipo de lesão corporal no cumprimento de sua função. Cerca de 138 foram vítimas de furtos ou roubos e 81 foram mortos durante o trabalho.■

Acompanhamento Psicossocial

A Justiça Federal de São Paulo, através da Seção de Atenção à Saúde (SUSD), possui uma equipe constituída por profissionais de psicologia e de serviço social encarregada de promover, não só aos oficiais de justiça, mas a todos os servidores, um trabalho de acompanhamento especializado. “No que concerne ao atendimento psicológico, o processo inclui atividades de atenção e promoção da saúde mental, especialmente por meio de atendimentos individualizados”, explica a psicóloga Tatiane Alves Correia.

De acordo com a supervisora da SUSD, Christiane Amelia Martins Fonseca, geralmente esse trabalho acaba destinado aos servidores que apresentaram licenças por motivo de saúde mental ou por outros acometimentos em que geram impactos no bem-estar emocional. “Além disso, há o atendimento desencadeado a partir da busca espontânea*** do servidor, com acolhimento, orientações e realização de encaminhamentos quando necessário”, salienta.

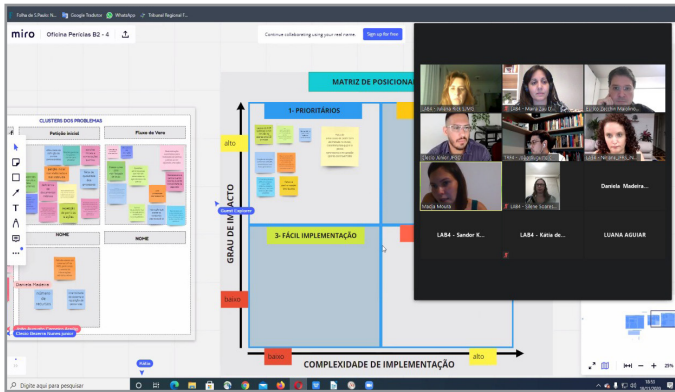
O Núcleo de Benefícios e Assistência à Saúde disponibiliza em sua página da intranet as informações para os servidores que necessitam fazer a solicitação da licença por acidente em serviço. Após formulado o pedido, o processo tem início com a realização de perícia médica e, caso seja necessário, o acompanhamento psicossocial. “Há casos em que o servidor não sofreu agressão física, mas sim psicológica e optou por não protocolar uma licença, ainda assim, poderá obter o acompanhamento psicossocial mediante solicitação”, explica Christiane.

* YouTube Canal Papo de Oficial.

** Fonte: TV Justiça

*** Atendimento Psicossocial: admsp-nusa-saude@trf3.jus.br; (11) 2172-6514 / 2172-6506, das 13h às 19h.

ACONTECEU – DEZEMBRO/JANEIRO



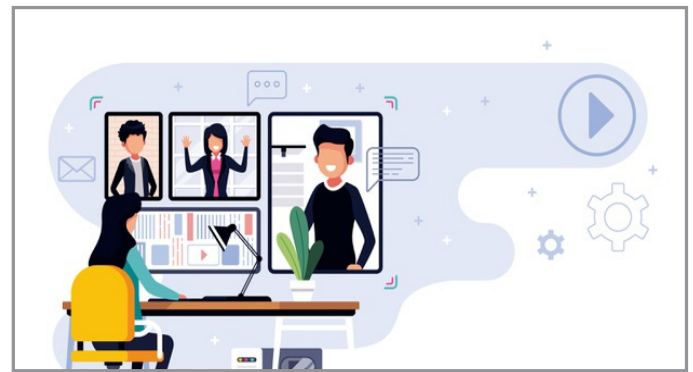
OFICINAS - Nos dias 2 e 3/12 foram realizadas as últimas sessões da oficina sobre perícias judiciais nos processos de benefícios por incapacidade, com a coordenação do iLabTRF3 e o apoio do iJusLab.



CONIP – A JFSP apresentou dois projetos que concorreram entre os finalistas do Congresso de Inovação no Poder Judiciário & Controle (Conip), realizado entre os dias 1 e 4/12.



CAMPANHA – No dia 9/12 aconteceu a entrega de 82 sacolinhas arrecadadas na “Campanha Solidária de Natal 2020”, que foram doadas à entidade assistencial Casa da Editinha localizada na capital paulista.



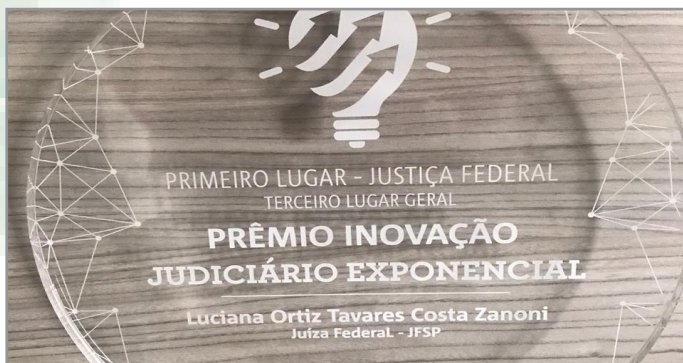
ENCONTRO - Entre os dias 9 e 11/12 aconteceu o “Encontro de Diretores de Secretaria”, promovido pela Escola de Servidores através da plataforma Microsoft Teams.



ESTATÍSTICAS – Foram disponibilizados na internet e intranet os painéis em Power B.I. que mostram as estatísticas do trabalho do Núcleo de Biblioteca da JFSP, incluindo pesquisas realizadas, empréstimos e total do acervo.



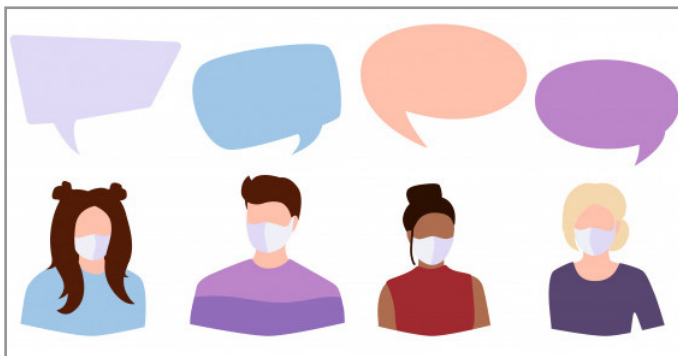
DIGITALIZAÇÃO – No mês de dezembro, a SJSP concluiu a digitalização de cerca de 90% de seu acervo processual, considerando as ações cíveis, criminais, previdenciárias e fiscais em todas as 44 subseções judiciárias do estado.



PRÊMIOS - A JFSP encerrou 2020 com destaque ao receber três prêmios no Congresso de Inovação, Tecnologia e Direito para o Ecossistema de Justiça (Expojud).



DJEN - Desde o dia 1/1 os atos judiciais da Justiça Federal da 3ª Região referentes aos processos que tramitam no sistema PJe estão sendo publicados no Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN).



PREVENÇÃO - Aconteceu no dia 12/1 uma roda de conversa conduzida pelo Núcleo de Saúde com orientações para o combate à disseminação da Covid-19 no ambiente de trabalho.



NOVOS SERVIDORES – No mês de janeiro 25 novos servidores tomaram posse na Seção Judiciária de São Paulo, incluindo técnicos e analistas.



WORKSHOP - No dia 26/1 aconteceu o primeiro workshop promovido pelo iJuspLab em 2021 com o tema “Criando sites estáticos com NUXT”, ministrado pelo juiz federal coordenador de inovação, Caio Moysés de Lima.



FACEBOOK – No dia 18/1 a JFSP iniciou sua participação em uma das mais populares redes sociais do mundo com o objetivo de estar mais próxima da população, dar transparência às ações e integrar os públicos interno e externo.



SAÚDE – A importância dos cuidados com a saúde mental e emocional foi tema de uma roda de conversa realizada no dia 26/1, com a participação da psicóloga clínica Tatiane Terezo.




NATAL - No fim de dezembro, diversos setores promoveram a campanha solidária de Natal para os funcionários terceirizados, com entregas de cestas e sorteio de prêmios.


DECISÕES JUDICIAIS

Acesse a íntegra das notícias clicando no ícone correspondente. 


18/12 - PÍER CONSTRUÍDO IRREGULARMENTE EM PRAIA DE SÃO SEBASTIÃO/SP DEVE SER DEMOLIDO

A ação popular foi proposta por uma mulher que buscou reparar o ato lesivo ao patrimônio público em virtude da ocupação irregular da faixa de areia, conforme relatórios de vistoria da Secretaria do Patrimônio da União de São Paulo (SPU) e da CETESB. 

17/12 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DEVE PUBLICAR DIREITO DE RESPOSTA ÀS VÍTIMAS DA DITADURA


TRF3 concedeu direito de resposta a um grupo de vítimas e familiares de vítimas da ditadura militar contra a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom) por publicação ofensiva à memória e à verdade sobre a Guerrilha do Araguaia, ocorrida durante a ditadura militar. 

17/12 - RÉUS SÃO CONDENADOS POR TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS NA BAIXADA SANTISTA


Mais cinco pessoas envolvidas com o tráfico internacional de drogas na chamada Operação Alba Vírus, da Polícia Federal, foram condenadas a penas que variam de 3 a 11 anos de reclusão, além do pagamento de multa e perda de bens. A decisão é da 5ª Vara Federal de Santos/SP. 

15/12 - CRÉDITO TRIBUTÁRIO NÃO PODE SER USADO PARA PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS


A 3ª Vara Federal de Campinas/SP rejeitou um pedido da ANP para que o valor bloqueado pelo sistema Bacenjud sobre uma dívida fiscal de uma distribuidora de combustíveis fosse usado no pagamento de honorários advocatícios, em

prejuízo ao crédito tributário existente. 


14/12 - INQUÉRITO CONTRA EX-PRESIDENTE LULA E SEU FILHO É ARQUIVADO

O MPF entendeu que os crimes não estariam configurados porque o investigado não era mais agente público ao tempo dos fatos e a vantagem não seria decorrente da função pública anteriormente exercida. Além disso, não ficou configurado o delito de tráfico de influência nem de crime antecedente. 

11/12 - MILITAR DEVERÁ SER REINTEGRADO AOS QUADROS DO EXÉRCITO NA QUALIDADE DE ADIDO


A 2ª Vara Federal de Santos/SP deferiu o pedido de um militar para que seja reintegrado ao Exército na qualidade de adido, a fim de realizar tratamento de saúde com direito à remuneração mensal calculada com base no soldo correspondente ao grau hierárquico que ocupava. 

10/12 - ACUSADO DE ROUBAR MOTOCICLETA DOS CORREIOS É CONDENADO


Um homem acusado de ter roubado uma motocicleta da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, em janeiro de 2017, foi condenado à pena de 4 anos de reclusão e ao pagamento de 10 dias-multa. A decisão foi proferida pela juíza federal Barbara de Lima Iseppi, da 4ª Vara Federal Criminal de São Paulo/SP. 

10/12 - USO INDEVIDO DE CARTÃO MAGNÉTICO NÃO GERA DANOS MATERIAIS E MORAIS


Uma correntista da Caixa Econômica Federal, cujo cartão magnético foi utilizado de forma indevida por terceiros, teve o

pedido de danos materiais e morais formulado contra o banco julgado improcedente pela juíza federal Letícia Mendes Gonçalves, da 3ª Vara Federal de São Bernardo/SP. 


09/12 - EX-SERVIDORES DO INSS SÃO CONDENADOS POR FRAUDE NA CONCESSÃO DE APOSENTADORIA

Os réus inseriram informações falsas no sistema informatizado do INSS para conceder benefício previdenciário a uma terceira pessoa, sem que ele tivesse esse direito. Dessa forma, obtiveram para si os valores concedidos. Os dois acusados foram condenados a 12 anos e 11 meses de reclusão mais pagamento de multa. 

07/12 - JUSTIÇA DEFERE SAQUE DO FGTS PARA PAI CUSTEAR TRATAMENTO DE FILHO COM CÂNCER

O pai de um jovem diagnosticado com câncer obteve, na 1ª Vara Federal de Barueri/SP, o direito de sacar parte do valor de seu saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para custear o tratamento do filho. Ele ingressou com a ação após ter o pedido de saque negado pela Caixa Econômica Federal. 

07/12 - MILITAR ACOMETIDO POR CARDIOPATIA E CÂNCER OBTÉM ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA

A 1ª Vara Federal de Barueri/SP deferiu o pedido de um militar aposentado para obter a isenção do imposto de renda sobre os valores de seus proventos de aposentadoria, por estar acometido por cardiopatia grave e neoplasia maligna. 



SISTEMA PIX

Transferir dinheiro entre contas bancárias é uma prática comum entre as pessoas. Geralmente para que a operação seja concluída é necessário ter o nome do destinatário, CPF, banco, agência, número e o tipo da conta, além de pagar taxas quando a transferência é feita entre instituições diferentes e ficar sujeito aos prazos de cada modalidade (DOC ou TED, por exemplo). Com a implementação do Pix – sistema de pagamento instantâneo criado pelo Banco Central do Brasil (Bacen) – essa realidade mudou.

Em funcionamento desde o dia 16/11/2020, o Pix trouxe como diferencial a possibilidade de transferir recursos entre contas em poucos segundos, a qualquer hora do dia e com isenção de tarifas para pessoas físicas. Além disso, não é preciso saber todos os dados do destinatário como ocorre nas transferências tradicionais, pode-se usar a “Chave Pix”, que é uma informação utilizada para identificar a conta bancária da pessoa no sistema. Os quatro tipos de chaves que podem ser cadastradas são: CPF/CNPJ; e-mail; número de telefone celular; ou chave aleatória.

Chave Pix

Ao escolher qualquer uma dessas chaves, o usuário vincula uma informação pessoal básica às informações completas que identificam sua conta. Por exemplo: a pessoa cadastra como chave o endereço de e-mail para receber crédito em determinada conta. Então, em vez de informar todos os dados (nome, CPF, banco, agência etc), ela repassa apenas o e-mail. Ao fazer isso, o sistema identifica as informações da con-



ta a partir dessa chave.

É possível usar chaves distintas para vincular contas diferentes, ou seja, cadastrar o número do celular vinculado à conta corrente da instituição A, o CPF vinculado à conta poupança da instituição B ou o e-mail vinculado à conta de pagamento da instituição C. Contudo, uma mesma chave não pode ser usada para contas diferentes. Outra opção é vincular todas as suas chaves a uma mesma conta, permitindo escolher qual delas fornecer.

O registro das chaves deve ser feito por meio dos canais de acesso da instituição em que a pessoa possui conta (aplicativo do smartphone, internet banking, agências e caixas eletrônicos). Vale ressaltar que os dados pessoais do cliente jamais são solicitados ativamente pelas instituições financeiras para o cadastramento do Pix, ou seja, a iniciativa deve partir do cliente. Para evitar golpes, tenha a certeza de que está acessando um dos canais autorizados pelo seu banco ou instituição.

Outra opção do Pix para receber valores em conta é por meio de “QR. Codes”, gerados no aplicativo do celular e enviados para a pessoa que vai fazer a transferência. Você também pode efetuar pagamentos usando o leitor de “QR. Code” no app do seu banco.

Vantagens

O Pix foi criado para ser uma ferramenta abrangente. Qualquer transferência que hoje é feita usando diferentes meios (TED, cartão, boleto etc.) podem ser feitas com o Pix, incluindo pagamentos entre pessoas e estabelecimentos comerciais, entre estabelecimentos (como pagamentos de fornecedores) e até para transferências envolvendo órgãos governamentais.

A segurança também foi uma questão priorizada. Todas as transações no Pix ocorrem por meio de mensagens assinadas digitalmente e que trafegam de forma criptografada, em uma rede separada da internet.

Em 16 de dezembro de 2020, um mês após o início de seu funcionamento, o Pix já contava com quase 50 milhões de clientes cadastrados, sendo 90% desse total pessoas físicas, de acordo com dados do Banco Central. Essa é uma inovação que veio para ficar e, a julgar pela expressiva adesão, já está fazendo muito sucesso. ■

É obrigatório cadastrar uma chave do Pix?

Não é necessário cadastrar uma chave para fazer ou receber um Pix. No entanto, o cadastramento é altamente recomendável. Ainda que você possa receber transações apenas informando os dados da sua conta, essa forma não tem a mesma praticidade que o uso da chave possibilita e pode gerar demora na transação, diminuindo o benefício do pagador em fazer um Pix.

Accesse as perguntas e respostas sobre o Pix no site o Bacen clicando aqui: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/perguntaserespostaspix>

Fonte: Banco Central do Brasil

E-VARA EM SANTOS COMPLETA UM ANO

Desenvolvido com o objetivo de revisar o modelo organizacional das varas da Justiça Federal, otimizar a força de trabalho e melhorar os serviços prestados à população, o projeto-piloto do Programa e-Vara completa 1 ano e já colhe bons frutos desde a sua implantação na 4ª Subseção Judiciária de Santos/SP, em 3/2/2020.

“Os resultados alcançados até o momento confirmaram a potencialidade do trabalho especializado, compartilhado e colaborativo. Se levarmos em consideração que tivemos um ano de muitas novidades e adversidades, o balanço é ainda mais positivo”, afirma o juiz federal Décio Gabriel Gimenez, titular da 3ª Vara Federal de Santos e coordenador do projeto.



Espaço onde está instalada a CPE de Santos

O Programa e-Vara é composto pela criação de Centrais de Processamento Eletrônico (CPEs) - área em que os servidores são responsáveis por realizar tarefas padronizadas, sem caráter decisório, em apoio às chamadas “e-varas”. Com isso, as varas federais passam a se concentrar em sua atividade principal, que é julgar os processos. Na Subseção de Santos, o projeto-piloto implantou uma Central de Processamento Eletrônico abrangendo inicialmente as quatro varas cíveis e previdenciárias (e-varas).

A juíza federal Veridiana Gracia Campos, titular da 2ª Vara de Santos e diretora da 4ª Subseção, ressalta que a atuação da CPE contribuiu para uma re-

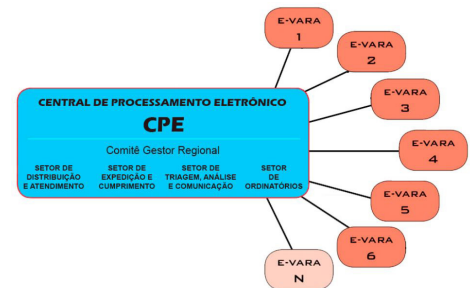
dução do tempo médio de permanência dos processos nas tarefas existentes no PJe. “As e-varas, por sua vez, conseguiram se adaptar muito bem à nova estrutura, permitindo uma maior especialização nas tarefas a elas atribuídas, especialmente as de cunho decisório. Devem ser reconhecidos o empenho, a dedicação e comprometimento dos integrantes, tanto das varas, quanto da CPE em relação ao bom funcionamento e aos resultados obtidos”, pondera.

Para o juiz federal Alexandre Berzosa Saliba, titular da 1ª Vara de Santos e vice-diretor da 4ª Subseção, “a uniformidade de matéria cível e previdenciária das quatro varas participantes fez com que a CPE se tornasse um local com especialidade para dar cumprimento aos pronunciamentos judiciais, ganhando assim celeridade no andamento dos processos”.

Um balanço realizado em julho de 2020 ano demonstrou que a média de permanência do acervo nas tarefas teve redução de 23% no tempo de espera; o tempo médio na triagem para o acervo pendente há mais de 30 dias foi reduzido a zero e, além disso, também foram zerados os tempos de espera para tarefas como cumprimento de determinações, análises da secretaria e verificações de manifestações parciais, entre outros.

Transição

A servidora Verônica Martins Malta, supervisora do Setor de Expedição e Cumprimento do Núcleo de Processamento Eletrônico em Santos, explica que, inicialmente, a adaptação à nova forma de realizar as tarefas foi feita por meio de grupos compostos por servidores das quatro varas, que analisaram os fluxos de trabalho, bem como modelos



Organograma do Programa e-Vara

de atos ordinatórios, propondo um fluxo padrão no sistema PJe.

“Em outra frente, os servidores selecionados para atuar na CPE participaram de um treinamento que antecedeu a instalação da Central, o qual abordou aspectos comportamentais, tais como relação e comunicação interpessoal, motivação, trabalho em equipe, bem como temas mais técnicos como, por exemplo, um workshop de nivelamento para utilização do sistema PJe”, frisa Verônica.

A mudança para o novo formato exigiu de juízes e servidores um diálogo constante e maior flexibilidade. Por se tratar de um modelo compartilhado, a juíza Veridiana Campos considera que a comunicação entre as e-varas e a CPE se mostrou fundamental. Outro ponto destacado foi a adaptação das estruturas físicas para melhor adequação ao trabalho colaborativo proposto.

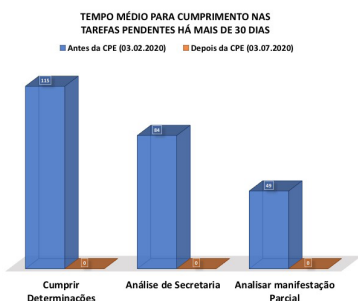
Desafios

“Tínhamos consciência de que o maior desafio do projeto-piloto seria realizar a implantação sem ruídos ou percalços. Para evitá-los, tudo foi monitorado com muito cuidado, merecendo destaque os ajustes nos fluxos do PJe, a organização dos setores da CPE, a elaboração de atos normativos necessários, a capacitação de servidores e o diálogo

com as varas. Esse mosaico de iniciativas resultou numa unânime avaliação global positiva, que é o maior ativo acumulado pelo projeto”, pontua Décio Gimenez.

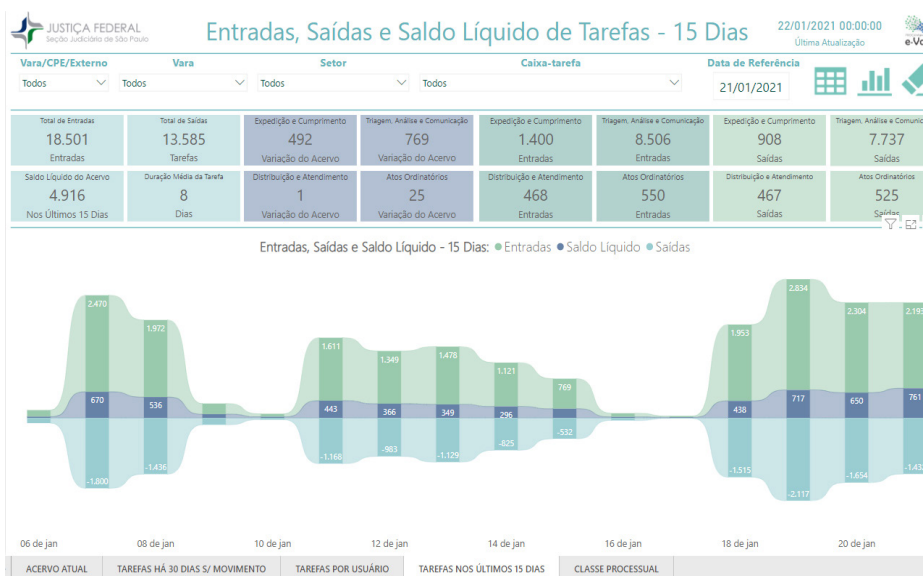
A pandemia do coronavírus também representou uma dificuldade a mais, pois o isolamento social começou cerca de um mês após a solenidade de instalação. “Foi um desafio e tanto! Estávamos no início do projeto, nos conhecendo enquanto equipe, conhecendo novos fluxos de trabalho, nos adaptando à nova realidade CPE/e-Vara e do dia para noite passamos a trabalhar de casa, remotamente. Tivemos que nos readaptar forçosamente a esse novo modelo de trabalho, quando ainda estávamos nos adaptando à própria CPE”, relembra Verônica Malta.

Na opinião de Décio Gimenez, o período de distanciamento mostrou, por outro lado, que é possível obter resultados positivos e fortalecer a Justiça Federal, mesmo num cenário de adversidades e de crise fiscal, a partir de novas formas de trabalho.



Benefícios e perspectivas para o futuro

Entre os pontos positivos destacados nesse primeiro ano do Programa e-Vara, está a possibilidade de aprimorar o atendimento ao jurisdicionado, garantindo maior agilidade à tramitação dos processos, além de reunir uma equipe coesa, motivada e comprometida com esse novo modelo. Outro fator importante refere-se ao estabelecimento de um ambiente colaborativo entre os magistrados que estão participando do programa, o que se mostrou fundamental para o funcionamento do projeto.



Painel de relatórios gerenciais do Programa e-Vara em Santos

De acordo com o juiz Alexandre Saliba, o trabalho realizado na CPE permitiu que as e-varas se concentrassem na assessoria da atividade-fim do magistrado, ou seja, na produção de sentenças, despachos e decisões.

Para o início de 2021, está sendo concluído pelo Grupo de Gestão de Dados (UCIN/SJSP) o painel de relatórios gerenciais do Programa e-Vara, que fornecerá valiosas informações aos gestores sobre estoques, pontos de estrangulamento e produtividade.

De acordo com Décio Gimenez, o objetivo do projeto-piloto é testar o modelo num ambiente controlado, para ser avaliado e aperfeiçoado e, mais adiante, viabilizar a construção de uma rede colaborativa de Centrais de Apoio ao Processamento Eletrônico a fim de alcançar maior eficiência e celeridade.

“No plano regional, iniciamos em agosto do ano passado um diálogo com a 7ª Vara de Execuções Fiscais de Santos e com a 1ª Vara de São Vicente, que manifestaram interesse em ingressar no projeto-piloto. Incorporá-los será, sem dúvida, o grande desafio para o ano de 2021. Além disso, a Administração está avaliando o programa, seus pontos fortes e fracos, e no momento oportuno decidirá se é o caso de replicá-lo e qual a melhor forma de fazê-lo”, afirma o juiz.

Outras seções judiciárias toma-

ram conhecimento do programa e estão promovendo estudos sobre a viabilidade de criação de unidades colaborativas. A percepção daqueles que estão envolvidos com o projeto é que, seja qual for o modelo e perfil escolhido, o compartilhamento e a colaboração vieram para ficar.

“O Programa e-Vara trouxe bons resultados neste primeiro ano. É uma alternativa viável em um cenário de muitas restrições e que procura equalizar as forças de trabalho, propiciando mais especialização, racionalização e celeridade na condução dos processos, conjugando esforços com vistas a um melhor atendimento ao jurisdicionado”, conclui Veridiana Campos. ■

Programa e-Vara

Idealizado no final de 2017, dentro do Laboratório de Inovação da Justiça Federal em São Paulo (iJuspLab), o Programa e-Vara surgiu da necessidade de adequar o fluxo de processamento das ações judiciais à nova realidade trazida com o PJe. O Programa contou com a participação de diversos atores do sistema de Justiça e foi aprovado pela presidência do TRF3 em outubro de 2019, após ter sido revisado e amplamente debatido com juizes e servidores da Seção Judiciária de São Paulo em reuniões presenciais e por videoconferência. O trabalho de digitalização de processos físicos na 3ª Região também foi fundamental para implementação do Programa e-Vara. Para mais informações, acesse <http://intranet.jfsp.jus.br/e-vara/>

PRODUTIVIDADE EM 2020

O ano que se encerrou ficou marcado pela necessidade de mudanças impostas aos magistrados e servidores que trabalham na Justiça Federal de São Paulo. Todos tiveram de adaptar abruptamente suas atividades à forma remota de trabalhar. No mês de março, com a publicação das Portarias Conjuntas nº 1, 2 e 3/2020-TRF3, várias medidas foram adotadas em resposta às recomendações e alertas emitidos pelas autoridades sanitárias visando conter a disseminação da Covid-19 no Brasil.

Entre essas ações, os serviços realizados pelas varas e áreas administrativas passaram a ser feitos através do regime de teletrabalho. Além disso, os prazos processuais, inspeções ordinárias, audiências, sessões de julgamentos e atos judiciais presenciais designados para o período foram suspensos.

Naquele momento era natural a expectativa sobre qual seriam os impactos dessas mudanças na produtividade da instituição e no objetivo constante de manter a prestação jurisdicional de qualidade. Para o presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), desembargador federal Mairan Maia*, houve pouquíssimo tempo para que a Corte adotasse as medidas necessárias. “Na semana seguinte à minha posse na presidência, já tivemos que editar a primeira portaria. Graças a Deus conseguimos realizar todos os ajustes, pois nunca tantas pessoas haviam trabalhado a distância ao mesmo tempo”, lembrou.

O TRF3, em conjunto com a Justiça Federal de São Paulo, desenvolveu um Manual de Teletrabalho para uso dos servidores, apresentando orientações para o período de atividades a distância com instruções sobre o planejamento de trabalho, técnicas sobre a gestão de

tempo, saúde e bem-estar. Além disso, foram disponibilizadas ferramentas tecnológicas como Faleweb, VPN e Microsoft Teams.

Os primeiros resultados positivos apareceram rapidamente. No período de sete semanas, entre os dias 20/3 e 10/5, o TRF3 e as Seções Judiciárias de São Paulo e Mato Grosso do Sul, além dos Juizados Especiais Federais (JEFs) e suas Turmas Recursais, contabilizavam 294 mil despachos, 98,6 mil decisões e 83,6 mil sentenças e acórdãos, com 5,1 milhões em movimentação processual total. De acordo com o painel do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a 3ª Região detinha os maiores números de sentenças e acórdãos, despachos e total de movimentos realizados.

Durante um encontro virtual realizado pela Associação dos Advogados de São Paulo (AASP), no mês de junho, Mairan Maia celebrou os bons resultados de produtividade obtidos pela Justiça Federal, enfatizando o empenho de magistrados e servidores. Naquele mês foi registrado um aumento de 5,7% no número de atos editados em relação ao mês de maio e cerca 49,7% acima do registrado em abril. Ao todo, a 3ª Região editou 389,2 mil atos, incluindo despachos, decisões, sentenças e acórdãos e contabilizou 4,9 milhões de movimentos processuais frente a 3,4 milhões registrados em maio e 2,9 milhões em abril.

Solução de demandas relacionadas à Covid-19

Entre os esforços realizados pela Justiça Federal da 3ª Região no enfrentamento dos desafios em 2020, destaca-se a criação, em abril, da plataforma interinstitucional de conciliação de



demandas relacionadas à Covid-19. Após sete meses de funcionamento, foram promovidos através dela 4.583 acordos nos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, a maioria envolvendo a concessão de auxílio emergencial, questões relativas a leitos hospitalares, FGTS, INSS e o FIES. Aliado ao bom funcionamento das sessões virtuais de julgamento, aconteceu também a implantação do programa de inteligência artificial (SIG-MS) para auxiliar na elaboração de relatórios, decisões e acórdãos no sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe).

Na avaliação do presidente do TRF3, houve também um importante desempenho na disponibilização de R\$ 4,6 bilhões em pagamentos de precatórios, que beneficiaram mais de 30 mil pessoas. “Em um momento tão difícil como o que vivemos, esse valor tem um impacto extremamente relevante na economia”, explicou.

De acordo o levantamento da Divisão de Estatística e Gerenciamento de Dados Estratégicos (DEGE)** do TRF3, em 2020, as varas federais, juizados especiais federais e turmas recursais das Seções Judiciárias de São Paulo e Mato Grosso do Sul proferiram 519.117 sentenças e 33.714 embargos. Já os números do Tribunal incluindo a sua turma regional de uniformização atingiu a produção de 765.265 atos, entre sentenças e embargos. ■

*Assessoria de Comunicação TRF3 (ACOM)

**<https://www.trf3.jus.br/estatistica-da-justica-federal-da-3a-regiao/>

BOAS PRÁTICAS EM CIBERSEGURANÇA

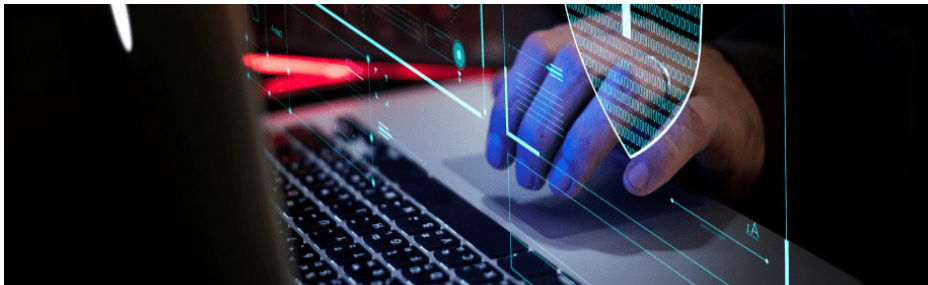
No dia 3 de novembro de 2020, um ataque hacker ao sistema informatizado do Superior Tribunal de Justiça (STJ) acendeu um alerta vermelho em todos os tribunais do Brasil sobre a vulnerabilidade a que seus sistemas estão expostos no quesito segurança da informação digital. Na ocasião, a investida foi considerada o pior ataque cibernético realizado contra uma rede de tecnologia da informação de uma instituição pública brasileira.

Ao que tudo indica, a invasão aos sistemas do STJ usou o *ransomware*, um programa malicioso que sequestra dados e exige resgate para devolvê-los. A ação é uma velha conhecida dos especialistas em cibersegurança. O vírus da vez pode ter sido o RansomExx, que já atacou governos e empresas de outros países.

Com o avanço do Processo Judicial Eletrônico (PJe), torna-se imperiosa a adoção de uma série de cuidados, não somente por parte dos agentes que cuidam dessas redes (áreas de informática dos tribunais), como também daqueles que se utilizam dos recursos e fazem a prestação jurisdicional acontecer.

Principais riscos

Os principais riscos de ataques como esse envolvem a destruição ou publicação de arquivos confidenciais e que podem comprometer a segurança das instituições atacadas. No caso do STJ, o ataque poderia ter resultado na perda de dados relacionados aos processos do Tribunal. Outros documentos, como jurisprudências e informações de caráter administrativo, também poderiam ser extraviados ou danificados, o que felizmente não ocorreu.



Dessa maneira, os prejuízos poderiam se estender inclusive às pessoas que figuram como partes nos processos. Julgamentos e sentenças poderiam ser paralisados até que os dados fossem recuperados e as sessões e fluxos de tramitação das ações restabelecidos.

Como se proteger

Do ponto de vista institucional, o investimento em infraestrutura de Tecnologia da Informação (TI) e segurança cibernética são essenciais para evitar esse tipo de situação. Entretanto, medidas alternativas como o treinamento de funcionários sobre prevenção à exposição e fragilidade de dados podem reduzir os riscos de invasões.

Isso porque ataques dessa natureza geralmente contam com elementos de engenharia social, técnica que envolve algum tipo de isca para atrair o interesse do usuário. Servidores públicos, portanto, devem ficar atentos a e-mails com conteúdo falso que tentam encorajar o clique no arquivo malicioso. O mesmo vale para mensagens com links suspeitos que podem abrir caminho para a rede interna da instituição.

Por isso, com base no alerta especial 06/2020 emitido pelo Centro de Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos de Governo (CTIR Gov), a Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal Regional Federal da 3ª Região

(SETI/TRF3) divulgou a recomendação das seguintes práticas aos servidores e magistrados:

- Nunca clicar em links suspeitos que foram recebidos por e-mail. O conteúdo recebido deve ser encaminhado imediatamente para SECURITY@trf3.jus.br. As características mais comuns são aqueles oriundos de remetentes desconhecidos/alterados, que alertam para acessos que não foram realizados pelo usuário, solicitam informações pessoais através de formulários de cadastramento ou que tenham erros de grafia e falhas no carregamento das imagens;
- Manter instalado e atualizado um software de antivírus. Caso esteja utilizando o computador pessoal para acessar a rede do TRF3 via VPN, deve-se instalar/manter atualizado o próprio antivírus. O *ransomware* que promoveu o ataque aos sistemas do STJ é um *malware* recente. Já foram aplicadas aos computadores gerenciados pelo TRF3 as devidas políticas de atualização de antivírus, que ocorrem de forma automática;
- Manter sempre atualizado o sistema operacional do seu computador. Executar atualizações periódicas e não postergar as atualizações que forem sugeridas automaticamente;
- Nunca manter login/senha gravadas em arquivos. Caso tenha arquivos do tipo Word/Excel/txt com logins/senhas gravadas em dispositivos pessoais ou da JF3R, deve-se remover tais arquivos ou

CACHOEIRAS PAULISTAS

No estado de São Paulo, a natureza selvagem pode não ser o maior atrativo para aqueles que buscam um pouco de aventura em suas viagens, mas engana-se quem acha ser impossível encontrar lugares intocados e cheios de encanto, em meio à devastação causada pelo desenvolvimento social.

Sentir a queda d'água nos ombros ou dar um mergulho numa piscina natural aos pés de uma cachoeira são sensações únicas que despertam o desejo naqueles que buscam o contato direto com a natureza. Além de encantar pela beleza, também revigoram a energia, aliviam o estresse e propiciam relaxamento físico e mental.

A seguir, selecionamos algumas das mais belas cachoeiras no estado:



• **Cachoeira da Usina** - Localizada no extremo sul da capital, no bairro de Marsilac, é formada pelas águas de um dos poucos rios limpos da cidade, o rio Capivari. O acesso até a atração é feito por uma trilha de quase 9 km que passa por trechos de uma ferrovia federal.

• **Cachoeira do Sagui** - Situada na APA Capivari-Monos, no bairro de Emburá do Alto, extremo sul de São Paulo, é uma pequena queda d'água com piscina natural. Fica dentro de uma área particular, a Fazenda Maravilha, que também oferece trilhas guiadas para outras cachoeiras e quedas d'água. A entrada custa R\$ 20 e o local funciona diariamente das 8h às 17h.



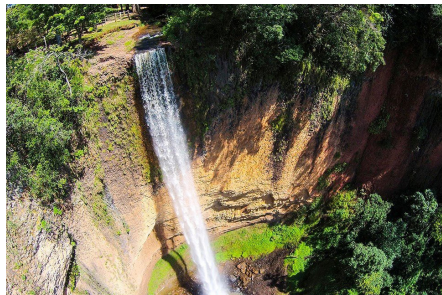
• **Cachoeira do Pimenta** - Localizada a 14 km do centro de Cunha, a atração fica numa antiga usina hidrelétrica desativada. O visitante desfruta de belas paisagens e se diverte nas suas quedas d'água e piscina natural com fundo de areia.



• **Cachoeira dos Pretos** - Com 154 metros de queda livre, é uma das maiores cachoeiras em SP e fica no município de Joanópolis, a 120 km da capital. O acesso é gratuito e o local conta com infraestrutura básica com restaurantes e estacionamento.

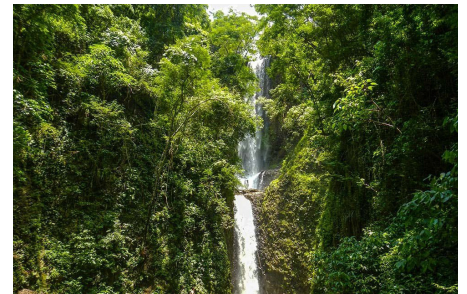
• **Cachoeira Grande** - Fica em uma propriedade particular no município de Lagoinha, cidade próxima a São Luiz do Paraitinga. Com seus 38 metros de queda livre, forma uma bela piscina natural, ideal para curtir com a família.

• **Cachoeira do Prumirim** - O atrativo oferece uma sequência de poços com hidromassagens naturais e está localizado entre as principais cachoeiras de Ubatuba.



• **Cachoeira do Saltão** - Considerada uma das mais bonitas do Brasil, possui uma queda livre de 75 metros de altura. A atração, que fica no município de Itirapina, faz parte do Parque Mirantes das Águas e conta com mais duas cachoeiras, a do Monjolinho e da Ferradura.

• **Cachoeira Salto Major Levy** - Com sua queda d'água de 25 metros, é uma das atrações de Analândia. Além da cachoeira, a cidade possui outros atrativos como o Morro do Camelo e o Pico do Cuscuzeiro.



• **Cachoeira Cassorova** - Uma das mais belas cachoeiras paulistas, tem 60 metros de queda d'água, possui uma bela piscina natural e é uma das atrações do Ecoparque Cassorova. Na área do parque, que é uma das principais atrações turísticas de Brotas, há também outra cachoeira, a dos Quatis, com queda d'água de 46 metros.

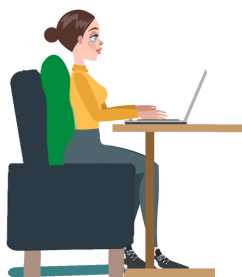
Outros destaques espalhados pelo estado: Cachoeira Santo Isidro (Serra da Bocaina); Cachoeira do Veado (Serra da Bocaina); Cachoeira Três Quedas (Itapeva); Cachoeira de Santa Quitéria (Caconde); Cachoeira das Andorinhas (Petar/Vale do Ribeira); Cachoeira Dito Salú (Caverna do Diabo/Vale do Ribeira); Cachoeira Véu das Noivas (Buritizal). ■

DICAS PARA MELHORAR A ERGONOMIA NO TELETRABALHO

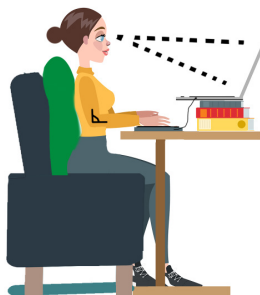
Durante os meses da pandemia, o isolamento social passou a ser uma realidade para a grande maioria dos brasileiros. Uma série de adaptações precisaram ser feitas e as famílias começaram a dividir o espaço da casa com as atividades que antes eram realizadas em outros locais. As compras de mercado agora são feitas pelo aplicativo, a aula é no quarto da criança, a sessão de terapia é online e o trabalho se tornou “teletrabalho”.

No início, os ambientes da casa eram ocupados de maneira aleatória em muitas residências e, aos poucos, cada família encontrou sua dinâmica de utilização dos espaços e de coexistência nessa nova realidade. É provável que hoje as pessoas estejam muito mais adaptadas ao teletrabalho do que no início da quarentena. Mas, ainda assim, a ergonomia* talvez não seja sua prioridade. Veja a seguir cinco dicas de como adaptar seu espaço de trabalho para não prejudicar a saúde:

1. Evite trabalhar sentado na cama, sofá ou poltrona. Busque sentar-se à mesa e fazer uso de uma cadeira confortável. Caso não seja possível, procure manter a coluna reta e os cotovelos apoiados em almofadas ou no braço do sofá. A altura do assento deve estar abaixo de sua patela e o queixo deve permanecer alinhado com o chão, quando se olha para o monitor.



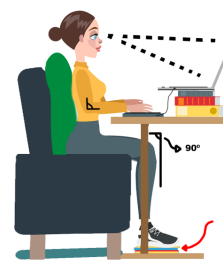
2. Coloque o monitor ou notebook em frente ao seu rosto, com uma distância de aproximadamente um braço. A parte superior da tela deve estar no nível dos olhos ou um pouco abaixo. Utilize livros ou caixa de papelão para ajustar a altura do notebook ou até mesmo do monitor convencional, se necessário.



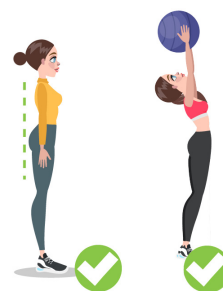
3. Alinhe o corpo formando ângulos de 90 graus nos joelhos e cotovelos, mantendo os pés encostados no chão. Se necessário, coloque uma almofada para deixar a coluna reta e um apoio embaixo dos pés (revistas velhas por exemplo) para alinhar os joelhos com o quadril. Permaneça com as costas eretas, mantendo a coluna com sua curvatura normal. Os ombros devem ficar levemente para trás e estar alinhados com o quadril. Não cruze as pernas quando sentado.

4. Instale mouse e teclado no notebook. Caso não tenha um computador de mesa, esses periféricos podem ser

úteis para manter o notebook na posição correta e facilitar o trabalho. Dica: mouses e teclados com entrada “usb” são compatíveis com a maioria dos notebooks. Verifique se não há algum desses acessórios guardados em casa ou com alguém da família.



5. Acerte seu alarme para tocar a cada hora para levantar-se, esticar o corpo todo e caminhar um pouco, pois permanecer muito tempo sentado poderá comprometer a circulação sanguínea. Faça alongamentos diários, movimentando o pescoço e os ombros, estique as pernas e alongue os braços e o punho. ■




*A ergonomia é o estudo da relação entre o homem e o seu ambiente laboral. Podemos dizer que a ergonomia no trabalho oferece ao indivíduo o conforto adequado e os métodos de prevenção de acidentes e de patologias específicas para cada tipo de atividade executada.

EVENTOS E CULTURA




A CIDADE DAS ABELHAS

Localizado a 27 Km da capital paulista, entre os municípios de Embu das Artes, Itapeverica da Serra e Cotia, a Cidade das Abelhas é um misto de apiário e parque temático com atrações para crianças até 11 anos, em uma linda área de preservação ambiental de mananciais, com mais de 100 mil m². Entre as atrações disponíveis para os pequenos estão o “Abelhão” (que possibilita ver de perto a anatomia do inseto mais importante na natureza) ou voar como abelhinha nos “Tobogãs abelhas gigantes”. 




PARQUE MAEDA

O Parque fica na cidade de Itu/SP e apresenta uma experiência em ambientes como uma fazendinha, pesqueiro, playground e parque aquático. O complexo oferece estrutura completa para pesca esportiva e possui restaurante, pousada e atrações como piscina com tobogã, teleférico, pedalinho e brinquedos. Outro destaque é o “Jardim Japonês” considerado o maior do Brasil, com 27.500 m² de área verde com espelhos d’água, carpas Koi, bonsais, cascatas, e mais de 400 árvores e flores de diversas espécies. 




ZOOPARQUE

Trata-se de uma boa sugestão de passeio de um dia. O Zoológico nasceu na década de 90, no município de Itatiba/SP, batizado inicialmente como Paraíso das Aves. Hoje, além das diversas espécies de pássaros, há mamíferos e répteis que convivem na mais perfeita harmonia. São mais de 180 espécies, várias ameaçadas de extinção como o mico-leão de cara dourada, a arara azul grande, os rinocerontes brancos africanos vindos da África do Sul e um casal de Girafas Rothschild que nasceu em um zoológico da Áustria. Tudo isso em mais nos 500 mil m² de área verde. 




CASA-MUSEU EMA KLABIN

Ponto especial e surpreendente no meio da cidade de São Paulo que oferece a oportunidade de caminhar por um lindo jardim de Roberto Burle Marx, (frequentado por bem-te-vis, sabiás, maritacas e pica-paus). É possível observar uma variedade de flores, plantas e árvores, bem como admirar esculturas artísticas (entre elas cinco anjos italianos do século XIX). Outra atração é o orquidário que chegou a ter mais de 400 vasos no local. As visitas gratuitas acontecem de quarta a domingo, das 11h às 16h, e o espaço oferece programação especial para as crianças. 



HOLAMBRA

No interior do estado, a cerca de 90 minutos da capital, existe um pedacinho da Holanda acessível através de um passeio “bate-volta”. O município de Holambra é o maior produtor de plantas ornamentais do Brasil e oferece aos visitantes lindos jardins e praças bem cuidadas para a diversão da criançada. Há várias atrações que merecem ser vistas ao longo das ruas principais, que conservam a arquitetura das casinhas de estilo do holandês, como O Moinho Povos Unidos (cópia fiel dos moinhos originais) e o Museu Histórico e Cultural. 

 Este ícone indica que a matéria possui um link com a internet.

LIVROS E FILMES

Paulo Cezar Neves Junior

Direito Financeiro

JUDICIÁRIO 5.0
 inovação, governança, usucentrismo,
 sustentabilidade e segurança jurídica



JUDICIÁRIO 5.0 - INOVAÇÃO, GOVERNANÇA, USUCENTRISMO, SUSTENTABILIDADE E SEGURANÇA JURÍDICA

Assunto: jurídico

Autor: Paulo Cezar Neves Junior

A obra é destinada a magistrados, servidores e usuários dos serviços prestados pelo Poder Judiciário

inconformados com o seu status quo. O livro traz análises históricas, normativas, sociais, econômicas e políticas, identificando as necessidades do aprimoramento da gestão judiciária no Brasil. O Judiciário 5.0 busca nos conceitos, nas boas práticas da inovação e na governança nos setores privado e público, identificar aquelas específicas para o Poder Judiciário e, assim, contribuir para o desenvolvimento do país. O autor é graduado em Direito pela Universidade de São Paulo, especializado em Direito Tributário pela Universidade Federal de Santa Catarina, pós-graduado em Direitos Fundamentais pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, mestre em Direito pela PUC/SP e juiz federal. Disponível gratuitamente no site da Editora Blucher (www.blucher.com.br).



A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E AS NOVAS MÍDIAS

Assunto: jurídico

Autor: José Eduardo Faria

A obra aborda um grande desafio: definir os limites da liberdade de expressão em ambiente democrático frente aos discursos e declarações

de ódio, das notícias falsas e das teorias conspiratórias. O tema ganha contornos dramáticos urgentes pela velocidade e alcance de sua propagação através das redes sociais e do engajamento de enorme parcela da população a esses dispositivos. Como estabelecer os limites sem ferir as liberdades individuais, mas prevenindo ações criminosas e as fake news? Como o poder judiciário brasileiro tem se posicionado e qual tem sido sua efetividade diante deste cenário? O livro reúne pesquisadores especialistas na área, colocando o debate na linha de frente em um momento em que nunca se defendeu tanto a liberdade de expressão e nunca se abusou tanto dela.

HOME VÍDEO



PAI EM DOBRO

15 de janeiro de 2021 na Netflix
 / 1h 43min / Comédia, Família,
 Drama

DIREÇÃO: Cris D'Amato

ELENCO: Maisa Silva, Eduardo

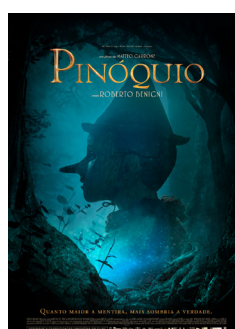
Moscovis e Marcelo Médici

NACIONALIDADE: Brasil

Após passar toda uma vida junto de sua mãe em uma comunidade hippie, Maísa completa 18 anos e aproveita a maioridade para tentar realizar um grande sonho: conhecer o pai. Ela, então, abandona a comunidade e parte em uma jornada para tentar encontrá-lo.

Fonte: Adoro Cinema

CINEMA



PINÓQUIO

21 de janeiro de 2021 / 2h 05min /
 Fantasia, Drama

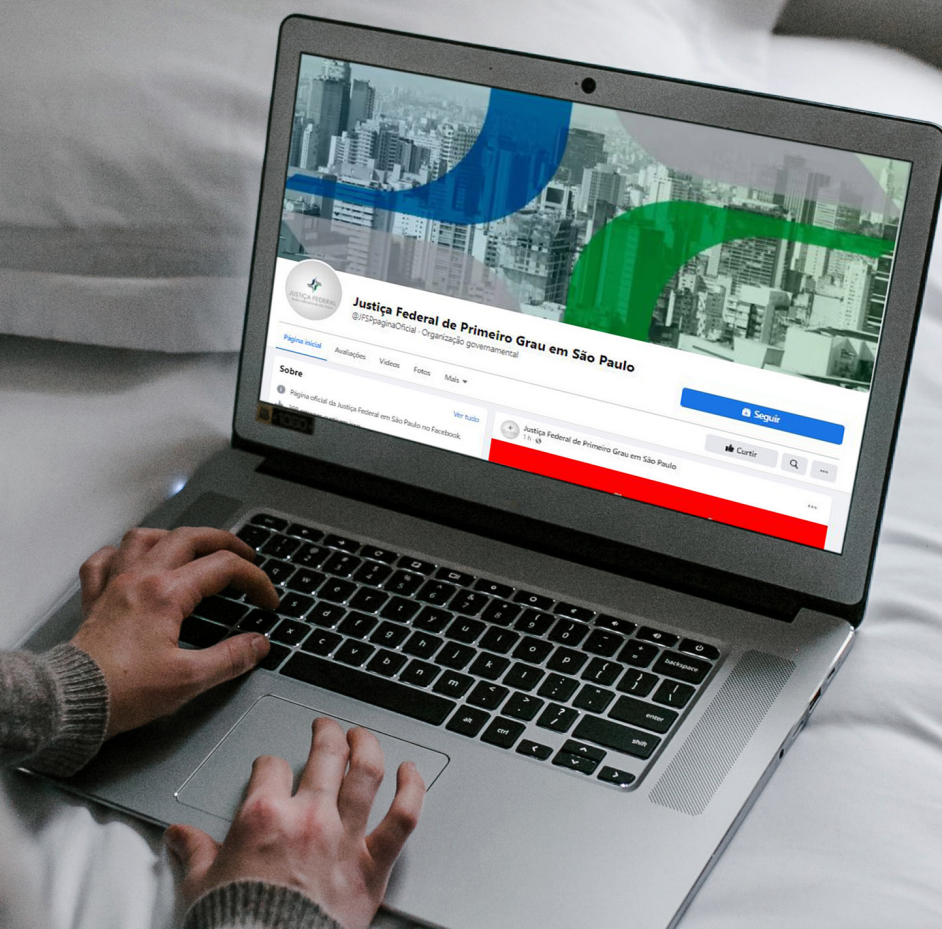
DIREÇÃO: Matteo Garrone

ELENCO: Roberto Benigni, Federico
 Ielapi, Rocco Papaleo

NACIONALIDADES: Itália, França e
 Reino Unido

No live action de Pinóquio, é apresentada uma versão sombria por trás de um clássico que marcou gerações. O solitário marceneiro Gepeto (Roberto Benigni) tem o grande desejo de ser pai e deseja que Pinóquio (Federico Ielapi), o boneco de madeira que acabou de construir, ganhe vida. Seu pedido é atendido, mas a desobediência do jovem brinquedo faz com que ele saia de casa e se perca, embarcando em uma jornada repleta de mistérios e seres mágicos que o levará a conhecer de fato os perigos do mundo.

**A Justiça Federal de São Paulo
está no Facebook também**



**acesse e siga
[facebook.com/JFSPpaginaOficial](https://www.facebook.com/JFSPpaginaOficial)**